



XVII SICTI
Seminário de Iniciação Científica,
Tecnológica e Inovação
X SIMIT
Simpósio de Inovação Tecnológica

**CIÊNCIA e
COOPERAÇÃO
na AMAZÔNIA**
**16 a 19 de
Setembro**
IFPA Campus Bragança

QUANDO O CURRÍCULO SILENCIA, O RACISMO EDUCA: A AUSÊNCIA DA LEI 10.639/03 NA LICENCIATURA EM GEOGRAFIA DOS IFS DO PARÁ

CARLOS EDUARDO NASCIMENTO DE ARAÚJO¹, CÁSSYO LIMA SANTOS²

¹ Acadêmico do Curso de Licenciatura em Geografia, Bolsista PIBID, IFPA, campus Bragança

² Docente do Curso de Licenciatura em Geografia, campus Bragança, E-mail autor correspondente: carlosaraujo.ifpa@gmail.com

Área de conhecimento/Subárea: Área 07 - Ciências Humanas | Subáreas: Filosofia, Teologia, Sociologia, Antropologia, Arqueologia, História, História das Ciências, Geografia, Psicologia, Educação, Ciência Política.

ODS vinculado(s): ODS04 - Educação de qualidade - Assegurar a educação inclusiva, e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

RESUMO: Este estudo possui como objetivo analisar como os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) dos cursos de Licenciatura em Geografia dos campi do IFPA incorporam a Lei nº 10.639/2003. A partir de sete critérios analíticos, observa-se que, embora a legislação seja mencionada, sua aplicação permanece genérica, periférica e desarticulada do núcleo formativo da Geografia. A transversalidade é pouco efetiva e as territorialidades negras são invisibilizadas. Conclui-se pela urgência de uma reformulação curricular que integre a questão racial de forma crítica, situada e estruturante, promovendo uma formação docente antirracista.

PALAVRAS-CHAVE: currículo; geografia; educação antirracista; lei 10.639/2003; formação docente.

INTRODUÇÃO

A promulgação da Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para tornar obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo, constitui um marco elementar na luta por uma educação antirracista no território brasileiro. Haja vista que, a medida se apresenta como resposta a um longo processo de mobilização do movimento negro brasileiro, que denunciou, historicamente, a marginalização dos saberes e experiências da população negra no espaço escolar conforme aponta Gomes (2017). No entanto, duas décadas após sua implementação, a efetivação da lei ainda enfrenta inúmeros obstáculos, sobretudo no que se refere à formação inicial dos professores, etapa decisiva para a consolidação de práticas pedagógicas coerentes com os princípios da diversidade e da equidade racial.

No campo da geografia, esse debate se torna ainda mais evidente. Embora a disciplina ofereça instrumentos teóricos e metodológicos capazes de articular espaço, território, identidade e poder, a abordagem das questões étnico-raciais ainda é tratada de forma marginal nos currículos dos cursos de licenciatura. O cenário é ainda mais desafiador quando analisado a partir da realidade amazônica, em especial no estado do Pará. Segundo dados do IBGE (2022), cerca de 79,7% da população paraense se autodeclara negra (pretos ou pardos), o que exige uma formação docente que dialogue com as especificidades étnico-raciais e territoriais da região. Diante disso, este trabalho tem como objetivo geral mapear como os PPCs dos cursos de licenciatura em Geografia dos Institutos Federais do Pará abordam a Lei 10.639/2003.

Este estudo parte de uma hipótese central: os PPCs dessas instituições, embora façam menção à legislação, apresentam uma abordagem superficial e desarticulada da temática racial, especialmente no que se refere às dimensões espaciais, territoriais e culturais das populações negras na Amazônia. Como defendem Quijano (2005) e Grosfoguel (2008), romper com a colonialidade do saber e com o racismo estrutural exige a valorização de epistemologias subalternizadas e o reconhecimento da produção de conhecimento realizada por sujeitos historicamente marginalizados. Essa perspectiva demanda, portanto,



XVII SICTI
Seminário de Iniciação Científica,
Tecnológica e Inovação
X SIMIT
Simpósio de Inovação Tecnológica

**CIÊNCIA e
COOPERAÇÃO
na AMAZÔNIA**
**16 a 19 de
Setembro**
IFPA Campus Bragança

uma formação inicial pautada em referenciais decoloniais e antirracistas, capazes de transformar a escola em um espaço de resistência e valorização da diversidade.

A investigação justifica-se pela urgência de promover uma formação docente crítica, capaz de enfrentar o racismo estrutural e de construir práticas pedagógicas que valorizem as contribuições negras na constituição do território brasileiro. No caso da Geografia, trata-se de assumir uma postura epistemológica que reconheça a centralidade da raça na produção e organização do espaço, conforme defendem autores como Guimarães (2020) e Munanga (2019). Portanto, este trabalho insere-se nos debates contemporâneos sobre a descolonização do currículo e a construção de uma educação geográfica comprometida com os princípios da equidade racial, da justiça social e da valorização da diversidade cultural.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e documental, com o objetivo de analisar como os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) dos cursos de licenciatura em Geografia ofertados pelos Institutos Federais do Pará (IFPA) incorporam a Lei nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo escolar. Os documentos a serem analisados referem-se aos cursos localizados nos campi de Abaetetuba, Belém, Bragança e Parauapebas da rede IFPA que atualmente oferecem a formação de licenciatura em Geografia. Assim, o estudo contempla a totalidade dos cursos dentro da instituição, garantindo representatividade e amplitude no recorte adotado.

A análise foi orientada por sete critérios, definidos com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores (Brasil, 2015), na Resolução CNE/CP nº 01/2004 e em referenciais teóricos que abordam a educação antirracista, o currículo crítico e a formação docente (Gomes, 2005; Apple, 2006; Silva, 2009; Munanga, 2019). Os critérios foram: (I) perfil do egresso; (II) competências para a diversidade; (III) estrutura da matriz curricular; (IV) número de disciplinas obrigatórias; (V) disciplinas relacionadas à Lei nº 10.639/2003; (VI) ementas; e (VII) conexão com o contexto regional.

A leitura dos documentos foi sistematizada em uma matriz analítica comparativa, que possibilitou sobrepor os PPCs entre si, identificando lacunas, repetições e potencialidades. A análise de conteúdo (Bardin, 2011) foi utilizada como base metodológica para a categorização e interpretação dos dados, buscando compreender não apenas a presença formal da legislação nos currículos, mas sua articulação efetiva com os princípios da educação antirracista.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos PPCs dos cursos de Licenciatura em Geografia ofertados nos campi Bragança, Belém, Parauapebas e Abaetetuba do IFPA revela que todos os cursos incluem as disciplinas Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) e Educação em Direitos Humanos e Diversidades. Contudo, tais disciplinas estão inseridas nos eixos complementares ou interdisciplinares, não compondo o núcleo específico da formação geográfica. Isso demonstra que a abordagem das relações étnico-raciais, embora presente de forma formal e normativa, não é estruturante dentro dos currículos dos cursos.

Embora os PPCs dos quatro campi mencionem, em alguns momentos, temas relacionados às relações étnico-raciais, como as referências às populações quilombolas nas disciplinas de geografia agrária ou à formação étnica da população brasileira em componentes como dinâmicas populacionais ou geografia da população, essas inserções ocorrem de forma pontual, sem aprofundamento conceitual ou articulação crítica com os fundamentos da geografia racializada. Além disso, tais conteúdos são apresentados geralmente sob o rótulo genérico da diversidade, sem explicitar a que diversidade se referem, o que enfraquece o potencial formativo dessas menções.



XVII SICTI
Seminário de Iniciação Científica,
Tecnológica e Inovação
X SIMIT
Simpósio de Inovação Tecnológica

**CIÊNCIA e
COOPERAÇÃO
na AMAZÔNIA**
**16 a 19 de
Setembro**
IFPA Campus Bragança

A análise comparativa dos PPCs também revela uma estrutura curricular semelhante entre os campi, o que contribui para uma abordagem padronizada e generalista da diversidade, sem contextualização territorial nem foco nos conflitos étnico-raciais da Amazônia. Essa uniformização reflete um modelo curricular que, como alerta Silva (2009), tende a reproduzir silêncios estruturais, tratando temas sensíveis como o racismo e os saberes afro-brasileiros de formas marginais e não como fundamentos da formação docente.

Assim, não se observa a articulação entre a questão racial e a produção do espaço, das territorialidades negras ou do racismo ambiental. Nesse sentido, essa ausência revela, como aponta Hooks (2013), a persistência de uma lógica curricular que resiste a práticas pedagógicas transgressoras e que continua a marginalizar os saberes negros como periféricos ao campo disciplinar.

O perfil do egresso, por sua vez, valoriza a formação crítica e o compromisso com a realidade amazônica, mas não explicita a necessidade de uma formação antirracista. O silenciamento do racismo estrutural como elemento que atravessa o território, a escola e os saberes geográficos reforça o que Kilomba (2019) chama de exclusão simbólica: um currículo que estabelece fronteiras sobre quais corpos e conhecimentos são considerados legítimos.

A transversalidade, embora mencionada nos documentos como estratégia de abordagem da diversidade, não se efetiva nas ementas nem nas metodologias das disciplinas centrais, o que torna a aplicação da Lei nº 10.639/2003 restrita ao plano formal. Como alerta Fanon (2008), negar a experiência negra no processo formativo é uma forma de violência epistêmica, que precisa ser superada por meio da incorporação crítica das vozes negras na estrutura do ensino.

Dessa forma, ainda que os PPCs enfatizem a conexão com o contexto amazônico, essa perspectiva territorial não é racializada. As territorialidades negras, os conflitos étnico-raciais e os saberes afro-amazônicos são ausentes ou invisibilizados, o que confirma o argumento de Silva (2009) de que o currículo é um campo de disputas, onde silenciamentos revelam desigualdades históricas de poder. A noção de diversidade, embora presente, é tratada de forma genérica. Como observa Candau (2012), é preciso superar a ideia de diversidade como tolerância e construir uma pedagogia da diferença que reconheça as estruturas de exclusão racial.

Por fim, é importante reconhecer a presença de iniciativas institucionais como os NEABs, citados principalmente nos campi de Belém e Bragança. No entanto, essas ações, quando não articuladas de maneira orgânica ao currículo, permanecem periféricas, reforçando a separação entre o saber acadêmico e os saberes da ancestralidade negra.

CONCLUSÕES

Diante desse panorama, as considerações finais desta pesquisa apontam para a necessidade urgente de revisão curricular nos cursos de licenciatura em geografia, com vistas à superação da fragmentação da temática étnico-racial. É preciso promover uma reorganização curricular que integre essa discussão de maneira transversal, crítica e situada territorialmente, reconhecendo as contribuições dos saberes afro-brasileiros e africanos como centrais para a formação docente e para a prática pedagógica comprometida com a justiça racial. Logo, mais do que cumprir formalmente uma legislação, trata-se de transformar o currículo em um instrumento de resistência e reconstrução coletiva da educação. Formar professores que compreendam, problematizem e enfrentem as expressões do racismo no espaço geográfico é um passo fundamental para a construção de uma escola que não apenas reconheça a diversidade, mas que a traduza em práticas emancipatórias e de reexistência negra no território amazônico.

Referências



XVII SICTI
Seminário de Iniciação Científica,
Tecnológica e Inovação
X SIMIT
Simpósio de Inovação Tecnológica

**CIÊNCIA e
COOPERAÇÃO
na AMAZÔNIA**
**16 a 19 de
Setembro**
IFPA Campus Bragança

- APPLE, Michael White. **Educação e poder**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Educação intercultural: mediações necessárias**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GOMES, Nilma Lino. Educação para a igualdade racial: currículo, racismo e antirracismo. In: GOMES, N. L. (Org.). **Pares e pares: estudos sobre professores(as) negros(as)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- GROSFUGUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 80, p. 115-147, 2008.
- GUIMARÃES, Joaze Bernardino-Costa et al. (Org.). **Geo-grafias negras e geografias negras: territórios, epistemologias e resistências**. Campinas: Papel Social, 2020.
- HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria do Carmo M. L. Sobral. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: características da população e dos domicílios**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 nov. 2024.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. São Paulo: Cobogó, 2019.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 2019.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107–130.
- RASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, de formação pedagógica para graduados e de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 jul. 2015.
- SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.